



**Álvaro elogia
MP por ação
contra Greca**



**Patrocínio faz
apelo contra o
protecionismo**



**Marina critica
extinção da
bolsa-escola**



**Jucá pede mais
verbas para
a segurança**

PÁGINAS 3 E 4

Estados do Sul discutem ajuste fiscal hoje na CAE

Olívio Dutra (RS) e Esperidião Amin (SC) confirmaram presença em audiência pública que também analisará criação de frente para implementar o desenvolvimento regional

A situação dos estados da região Sul no contexto do ajuste fiscal do governo federal é o tema da audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos promove hoje, a partir das 10h, com a presença dos governadores gaúcho, Olívio Dutra, e catarinense, Esperidião Amin (Jaime Lerner, que governa o Paraná, não havia confirmado presença). Senadores e governadores

também pretendem discutir a formação de uma frente que os ajude na elaboração e execução de políticas de desenvolvimento regional. Antes do encontro, a CAE vota parecer favorável a operação de emissão de Bônus Global pelo governo brasileiro no exterior, que envolveu o lançamento de US\$ 3 bilhões em títulos nacionais no mercado internacional.

PÁGINA 3



**SENADO ESTÁ PRONTO PARA
ENFRENTAR *BUG* DO MILÊNIO**

PÁGINA 2

Durante conferência sobre o *bug* do milênio, o diretor-geral Agaciél Maia, o senador Ronaldo Cunha Lima, a diretora do Prodasen, Regina Célia Borges, e o diretor da Fábrica de Software, Ivar Alves Ferreira

Congresso Nacional aprecia à noite 30 medidas provisórias

O Congresso Nacional aprecia hoje, às 19h, 30 medidas provisórias assinadas pelo presidente da República, entre elas a que modifica o Estatuto da Terra e permite, por exemplo, que a União estabeleça convênios para a realização de cadastramento, vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas em seu território. Também será apreciada MP que fixa critérios para os valores das mensalidades escolares.

MINISTRO DA JUSTIÇA DEBATE NA CCJ PROPOSTA DE REDUÇÃO DE PENAS

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, falará aos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) hoje, após a Ordem do Dia, sobre suas propostas de redução de penas de prisão e aplicação de penas alternativas.

PÁGINA 2

**Plenário celebra
hoje os direitos
da criança**

PÁGINA 2

**Projeto reduz
anúncio de fumo
e bebida na TV**

PÁGINA 3

Senado está pronto para enfrentar bug, diz diretora do Prodasen

“O Senado Federal está pronto para enfrentar o bug do milênio.” A afirmação foi feita ontem pela diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, ao participar da conferência “O Senado Federal se prepara para enfrentar o Bug do Milênio”, destinada aos servidores da Casa, no Auditório Petrônio Portella.

Ela explicou as providências que o Prodasen vem tomando para evitar futuros problemas com os sistemas informatizados na virada para o ano 2000, corrigindo possíveis erros nos programas que utilizam datas para seu processamento. Compareceram à conferência o primeiro-secretário do Senado, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), e o diretor-geral, Agaciel Maia.

A diretora-executiva do Prodasen informou que está sendo instalada, a partir de 6 de dezembro, a Central do Bug, para atender a quaisquer dúvidas sobre computadores operados pelos servidores, com relação à virada do milênio. As informações poderão ser conseguidas pelo e-mail bug2000@senado.gov.br ou através do ramal 2000.

Dando prosseguimento ao ciclo de debates sobre o bug do milênio, o Instituto Legislativo Brasileiro promoverá hoje, às 10h, na Sala de Comissões nº6, na Ala Senador Nilo Coelho, palestra do secretário-executivo adjunto da Comissão Coordenadora do Programa Ano 2000 do Governo Federal, Marcos Ozorio de Almeida. Ele é responsável por cerca de 700 projetos de adequação de computadores ao ano 2000, que estão sendo executados nos setores de telecomunicações, energia elétrica, financeiro, hospitalar, entre outros.

Ministro debate com CCJ alterações no Código Penal

José Carlos Dias deverá apresentar hoje aos senadores da comissão suas idéias a respeito de redução de penas e adoção de punições alternativas

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, fará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) uma exposição sobre o tema “Direito Penal Eficaz”. O ministro irá defender, perante os senadores, as posições que já manifestou publicamente sobre a redução de penas de prisão e a aplicação de penas alternativas. A reunião será realizada hoje, após a Ordem do Dia.

A exposição foi solicitada pelo próprio ministro, usando a prerrogativa que lhe é concedida pelo artigo 50 da



Constituição federal. Esse artigo, em seu parágrafo 1º, afirma que “os ministros de Estado poderão compare-

Dias se reunirá com senadores a seu pedido

cer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério”.

José Carlos Dias esteve no Senado no último dia 17, quando proferiu palestra no encerramento do seminário “Amazônia: Patrimônio Ameaçado?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Plenário celebra 40 anos de direitos da criança

O plenário do Senado celebra, na Hora do Expediente, os 40 anos da Declaração dos Direitos da Criança. A homenagem foi proposta pelo senador Tião Viana (PT-AC). Prossegue também a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura aos remanescentes de quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam. A PEC, porém, somente deverá ser votada em primeiro turno na semana que vem, quando ocorre o quinto e último dia de discussão.

Ainda hoje, o plenário vota a autorização para que o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empreste à prefeitura de Teresina R\$ 3,4 milhões. O dinheiro será destinado ao Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município. Entre os 17 itens da pauta, constam ainda a criação do Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e renovações de permissões e concessões de duas emisoras de televisão e sete de rádio.

A Ordem do Dia de amanhã inicia-se com o projeto de lei da Câmara que prorroga até o ano-calendário de 2002 o aumento da alíquota do Imposto de Renda de 25% para 27,5%. O projeto

chega a plenário com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Nesse dia, o plenário também vota renovações de concessão e permissão para quatro rádios.

Na quinta-feira, o Senado começa a discutir, em segundo turno, a PEC que estabelece novas regras para adoção e tramitação de medidas provisórias. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e sua votação final deve ocorrer na quarta-feira da próxima semana.

Relator da comissão do narcotráfico fala a CPI

A comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário ouvirá amanhã, a partir das 17 horas, o deputado federal Moroni Torgan (PFL-CE), relator da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados. Ele vai falar sobre a possibilidade de membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso estarem envolvidos com o tráfico de drogas.

Os casos de Mato Grosso e da falência da Encol são os dois únicos cujos trabalhos ainda não foram concluídos pela CPI. Os relatórios das outras sete investigações, já apresentados pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) e aprovados por unanimidade pelos membros da comissão, podem ser encontrados na primeira página do site do Senado na Internet (www.senado.gov.br).

Os casos concluídos são de irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraíba, denúncias de vendas de alvarás de soltura de narcotraficantes no Amazonas, adoções de crianças em Jundiá (SP), condenação bilionária sofrida pelo Basa e dilapidação do patrimônio do menor Luiz Gustavo Nominatto, num processo na Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília.

Jader apresenta sub-relatório sobre Proer

A CPI do Sistema Financeiro reúne-se na tarde de quinta-feira para conhecer o sub-relatório do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) sobre as razões da fragilidade dos bancos brasileiros no primeiro trimestre, apesar dos gastos do Banco Central de R\$ 20 bilhões com o

programa de estímulo e reestruturação do sistema bancário (Proer).

Na mesma reunião, serão discutidas as emendas que os senadores apresentaram ao relatório final do senador João Alberto (PMDB-MA) sobre as investigações do caso Marka-FonteCindam e das relações do Banco do Brasil com a En-

col. João Alberto propôs que a CPI encaminhe ao Ministério Público o resultado de suas investigações, com a sugestão de que a então diretoria do Banco Central de janeiro último seja responsabilizada pela venda de dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h — Preside sessão deliberativa ordinária
19h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 703/99, da senadora Heloisa Helena, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União sobre a auditoria realizada nas contas da Previdência; *PR nº 116/99, que autoriza o município de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 3,4 milhões, destinada à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município; segundo dia de discussão da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes do quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; *PLC nº 35/99, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86 (Serviço Exterior); *PLC nº 36/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; *PDL nº 110/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Imprensa de Anápolis Ltda.; *PDL nº 112/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio; *PDL nº 117/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Bondespachense Ltda.; *PDL nº 125/98, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes do Paraná Ltda.; *PDL nº 138/98, que aprova o ato que renova a concessão da Ultra Radiodifusão Ltda.; *PDL nº 139/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sênitela do Vale Ltda.; *PDL nº 141/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaçu de Toledo Ltda.; *PDL nº 161/99, que renova a concessão outorgada à TV Record de Rio Preto S/A; substitutivo do Senado ao *PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; substitutivo do Senado ao *PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade; *PR nº 99/99, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, com a União, no valor de R\$ 250,6 milhões; e *Requerimento nº 664/99, da senadora Lúcia Toledo, solicitando tramitação conjunta dos PLS nºs 166/96 e 300/99. Hora do Expediente: Será dedicado a comemorar o 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança.
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Discussão e votação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
1ª parte — Pauta: *Mensagem nº 189/99, que autoriza operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, entre o Brasil e o BID; e *Mensagem nº 181/99, que autoriza operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202 milhões entre o Brasil e o Banco Mundial, destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*
11h30 — Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 510/99, acrescenta a letra “r” ao art. 38 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; *PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*
14h — Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza
Pauta: Apresentação final de sugestões ao relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*
Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Exposição do ministro da Justiça, José Carlos Dias, a respeito do Direito Penal Eficaz (redução de pena). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*



Jader Barbalho exporá conclusões na quinta-feira

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE ouve governadores da região Sul

Antes da audiência pública, marcada para a manhã de hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos analisará operação de emissão de títulos públicos brasileiros no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública hoje, às 10 horas, para discutir com os governadores da região Sul a situação dos estados em relação ao ajuste fiscal proposto pelo governo federal. Eles vão debater também a formação de uma frente para a implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. Até o fechamento desta edição, apenas o governador Jaime Lerner (PR) ainda não havia confirmado sua presença. Os go-

vernadores Esperidião Amin (SC) e Olívio Dutra (RS) já haviam confirmado sua vinda ao Senado.

Antes da audiência com os governadores, a comissão vota parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à aprovação do relatório do Banco Central sobre a operação de emissão de Bônus Global por parte do governo brasileiro no mercado internacional. Concluída em 30 de abril, a emissão envolveu o lançamento de US\$ 3 bilhões em títulos do mercado internacional.

Também está na pauta da CAE a votação, em caráter não terminativo, de duas mensagens presidenciais nas quais o Executivo solicita ao Senado autorização para realizar duas operações de financiamento externo. A primeira delas diz respeito à contratação de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 300 milhões, destinados ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fis-

cal dos Municípios Brasileiros.

A segunda operação de crédito proposta pelo governo federal, no valor de até US\$ 202 milhões, destina-se a financiar parcialmente o Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola, a cargo do Ministério da Educação. As solicitações receberam pareceres favoráveis dos relatores designados pela CAE – respectivamente, os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e Osmar Dias (PSDB-PR).

Jucá quer mais recursos para Justiça e Defesa

Sub-relator do Orçamento para 2000 para a Justiça e Defesa, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Gilberto Mestrinho, ao relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), à bancada federal da Amazônia e a todos os parlamentares para que o Congresso negocie com o Executivo mais recursos que os originalmente propostos pelo governo para as duas áreas.

– A sociedade clama por segurança e por controle da violência – argumentou.



Jucá: apenas R\$ 1,7 bi para investimentos

Para Jucá, é preciso alocar os recursos necessários ao combate à violência, ao narcotráfico, à vigilância das fronteiras e à lavagem de dinheiro ilícito. Os dois ministérios, conforme a proposta original do Executivo, foram contemplados com R\$ 19,8 bilhões, dos quais, subtraídas as despesas de custeio, “sobra muito pouco para investimentos, cerca de R\$ 1,7 bilhão”. Jucá também desejou boas vindas ao novo chefe do Comando Militar da Amazônia, general Alcebiades Pereira Lopes.

Moreira faz homenagem ao Estadão do Norte

Os 19 anos de fundação de *O Estadão do Norte*, de Porto Velho, foram lembrados ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que destacou a história de imparcialidade do jornal e a luta de seu fundador, Mário Calixto Filho, para criar em Rondônia um veículo de qualidade técnica e editorial comparável às publicações dos grandes centros do país.

Lembrando que o jornal, a começar pelo próprio título, simboliza a luta que marcou a transformação do antigo território federal em estado, sonho realizado um ano após a fundação do jornal, Moreira Men-



Moreira Mendes: jornal escreveu a história de RO

des disse que, mais que uma testemunha das transformações políticas e sociais por que passou Rondônia nas duas últimas décadas do milênio, *O Estadão* escreveu a história do estado nesse período.

– Ao chegar ao império de comunicações que abraça hoje emissora de rádio FM, concessão de televisão, instituto de pesquisa de opinião pública e, dentro de pouco tempo, o mais novo jornal diário de Brasília, Mário Calixto divide esse mérito com os profissionais que passaram pelo *Estadão* – afirmou Moreira.

Comissão de Educação já aprovou 219 matérias neste ano

A Comissão de Educação (CE) do Senado já aprovou neste ano 219 proposições, em 26 reuniões realizadas. Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a comissão promoveu ainda duas audiências públicas e criou duas subcomissões, destinadas a discutir os problemas e propor soluções para as áreas de rádio e televisão e de cinema.

Entre os projetos aprovados, destaca-se proposta do senador Antero de Barros (PSDB-MT) que garante aos estudantes que cursarem integralmente o ensino fundamental e médio em escola pública o direito de disputar, exclusivamente entre eles, metade das vagas para ingresso nas universidades públicas do país. O projeto está sendo examinado pela Câmara.

Também foi aprovada determinação para que os livros didáticos do ensino fundamental e médio sejam utilizados pelo prazo mínimo de três anos, não podendo apresentar espaços em branco



Freitas Neto: fórum para o debate de temas importantes

para respostas. O objetivo é reduzir os gastos dos pais, permitindo que um livro possa ser empregado por outro aluno. De autoria de Edison Lobão (PFL-MA), o projeto já foi remetido à apreciação dos deputados.

– A CE está cumprindo sua função e não tem se furtado a discutir problemas importantes, como o acesso dos estudantes de escolas públicas ao ensino superior. O projeto que reserva vagas das universidades para estudantes de escolas públicas é polêmico e é uma contribuição do Senado para solução do problema – afirmou ontem Freitas Neto.

A Subcomissão de Cinema Brasileiro, criada por proposta de Francelino Pereira (PFL-MG), realizou sete sessões e quatro audiências públicas, com profissionais do setor. Já a Subcomissão de Rádio e TV, instalada a pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), reuniu-se oito vezes e promoveu quatro audiências públicas.

CE analisa restrições à propaganda de fumo e bebidas alcoólicas

A Comissão de Educação reúne-se, a partir das 11h30 de hoje, para apreciar uma pauta de doze itens, entre os quais projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas e fumo nas emissoras de rádio e televisão antes das 22h. O projeto, com parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), receberá decisão terminativa – o que significa que seguirá diretamente para a Câmara, salvo se houver recurso para que seja votado em plenário.

A comissão também vota projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estende aos alunos do ensino médio da rede pública, até a 3ª série, a gratuidade dos livros didáticos. Atualmente, somente os alunos do 1º grau têm direito ao benefício. A relatora, Luzia Toledo (PSDB-ES), é favorável à aprovação da matéria, com substitutivo que apresenta. A matéria tramita igualmente em caráter terminativo.

Entra ainda em pauta, em caráter terminativo, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que dá o nome de Avenida Mário Gurgel ao trecho da BR-262 entre o bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, em Cariacica (ES). Outro projeto de Camata a ser votado denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

Também consta da pauta da comissão projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos das loterias federais e similares. A matéria tem parecer favorável de Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Geraldo Melo assina acordo de cooperação no Uruguai



Geraldo Melo

O primeiro vice-presidente do Senado Federal, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), viajou ontem para o Uruguai com o objetivo de assinar protocolo de cooperação entre o Brasil,

os demais países do Mercosul e o Chile. O documento será firmado hoje,

às 10h, e tem como finalidade o estabelecimento de programa de treinamento dirigido às áreas de recursos humanos das Casas Legislativas dos países envolvidos.

Após a assinatura do protocolo, Geraldo Melo almoça com autoridades uruguaias, incluindo o presidente da Assembléia Geral, o presidente do Senado e o vice-presidente do país, Hugo Fernández Faingold.



A diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, Agaciel, Bicudo e o diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita

Fernando Bicudo apresentará novo programa da TV Senado

Estréia no próximo dia 3 na TV Senado programa com direção e apresentação de Fernando Bicudo, que trará as melhores atrações do Teatro Arthur Azevedo, de São Luís (MA). O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e Bicudo assinaram ontem o convênio que permitirá a transmissão dos espetáculos.

Com a iniciativa, o teatro mais anti-

go do país ocupará espaço regular numa rede nacional de TV, aliando arte e tradição com alta qualidade de som e imagem. Na estréia, vai ao ar *Nordestenamente*, coletânea das 15 principais danças da região. Também já estão previstos shows de Zeca Baleiro, Adriana Calcanhoto e Alcione e a peça *Gata em Teto de Zinco Quente*, com Vera Fischer.

Termina hoje prazo para emendas na Comissão para a Erradicação da Pobreza

Termina hoje o prazo para que os integrantes da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza ofereçam sugestões e emendas ao parecer do relator, deputado Roberto Brant (PFL-MG). A discussão das modificações começa às 14h e a votação da versão final do documento será amanhã, em reunião marcada para as 9h.

No documento preliminar, Brant recomendou a elaboração de uma emenda constitucional instituindo o Fundo Constitucional de Erradicação da Pobreza, formado a partir de impostos já existentes. O documento contempla os principais pontos de proposta apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Álvaro aplaude processo contra Greca

Senador cita trecho da ação em que ministro do Esporte e Turismo é acusado de não cumprir seus deveres com honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) registrou decisão do Ministério Público de impetrar, na sexta-feira passada, ação por improbidade administrativa contra o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca. De acordo com o senador, o ministro está sendo denunciado pelo Ministério Público por ter infringido pelo menos três dispositivos da Lei de Improbidade.

Um dos trechos da ação lido pelo senador diz o seguinte: "Por ações e omissões, não cumpriu seus deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Em alguns pontos, cometeu diretamente os atos de improbidade, em outros casos, induziu e principalmente concorreu para a prática dos atos de improbidade."

Álvaro Dias também citou editoriais publicados nas edições do jornal *Folha de S. Paulo* de sexta-feira e sábado, sobre a existência de uma possível operação para "abafar" as denúncias contra os ministros Rafael Greca e Eliseu Padilha, dos Transportes. Ele mencionou, ainda, reportagem publicada no fim de semana pela revista *IstoÉ*, contendo denúncias de empresários do jogo de bingo de que o advogado curitibano André Roberto



Álvaro Dias pergunta se um ministro pode ser réu em processo

Manfredini e o lobista Sérgio Buffara (irmão de Luiz Antônio Buffara, que, segundo a revista, é amigo e assessor de confiança de Rafael Greca) teriam oferecido a legalização da máquina de caça-níqueis em troca de dinheiro para o caixa de campanha do ministro.

O senador ratificou a sugestão dada pelos denunciantes, em entrevista aos repórteres da *IstoÉ*. "Basta romper o sigilo bancário dessa gente que se encontrará o caminho do dinheiro. No total, pagamos mais ou menos R\$ 6,5 milhões", teria dito um dos empresários do jogo de bingo.

Álvaro Dias também comentou o depoimento prestado por Rafael Greca na última quinta-feira, no plenário do Senado. Em sua opinião, o ministro fez uma confissão de "incompetência absoluta e de irresponsabilidade".

Para Álvaro Dias, no momento cabe perguntar ao presidente Fernando Henrique Cardoso se, após a denúncia do Ministério Público, alguma providência será tomada. O senador questionou se um ministro pode ser réu de um processo. Ele disse que o estatuto do servidor público obriga que se afaste de suas atividades o funcionário réu.

Regras injustas prejudicam Brasil no comércio externo, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse ontem que é hora de fazer valer no comércio internacional regras mais justas e consentâneas com o princípio da igualdade. Ele considerou injustas e lesivas aos interesses brasileiros as barreiras impostas pelos países desenvolvidos aos nossos produtos. Em sua opinião, essa situação deve ser objeto de especial interesse por parte da diplomacia brasileira.

Carlos Patrocínio acha que a solução passa necessariamente pela alteração das regras vigentes na Organização Mundial do Comércio, visto que o Estados Unidos e vários países europeus justificam seus subsídios com as normas desse organismo. "O que ocorre é que esses países valem-se de instrumentos admitidos como legítimos nas práticas de comércio internacional. Porém, fazem uso deles de forma abusiva, assim permitindo que produtores pouco competitivos influenciem na formação de preços", argumentou o parlamentar.

Ele apontou o suco de laranja como um dos mais notórios exemplos de subsídio praticado pelos países ricos. Informou que os plantadores brasileiros conseguem produzir uma tonelada de suco por mil dólares, mas, ao desem-

barcar o produto no mercado americano, sobre ele é aplicada automaticamente uma sobretaxa de US\$ 430 por tonelada, exatamente a diferença de custo dos produtores americanos.

Com esse estímulo, afirmou Carlos Patrocínio, a atividade fica tão lucrativa que, atualmente, 30% das empresas processadoras de laranja nos Estados Unidos são de brasileiros.

Ele também citou como injustas a tarifa de 67% imposta pela China às importações de café solúvel; a elevada proteção concedida aos produtores de açúcar de milho nos Estados Unidos, e a proteção de que gozam os produtores de açúcar de beterraba na União Européia. "Aqui mesmo, no Mercosul, a Argentina impõe tarifa de 26% às nossas exportações", lastimou o parlamentar.

O senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) disse que a estrutura agrícola européia se baseia no subsídio. Ele informou que os produtos da lavoura na França recebem mais de 67% do seu valor em subsídio — uma forma de o governo manter as populações na zona rural e evitar o inchamento das cidades. "Ali, o governo paga alto para não acontecer o que vem acontecendo no Brasil — a favelização das periferias das cidades."



Patrocínio defende o fim das barreiras criadas por países ricos

Bessa registra lançamento do Faz Cidadão

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) registrou, ontem, o lançamento, no último dia 8, do Programa Estadual de Desenvolvimento Local do governo da Bahia, cujo objetivo é acabar



Djalma Bessa: objetivo é acabar com a miséria

com a miséria no estado, garantir melhoria significativa das condições de vida e criar oportunidades de emprego em 100 municípios baianos menos desenvolvidos.

O evento contou com a presença das principais lideranças políticas baianas, como o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o governador do estado, César Borges, o presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Honorato, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e os secretários estaduais, entre eles o de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Luiz Carreira, responsável pelo programa.

Os 100 municípios foram selecionados de acordo com o Índice Geral de Desenvolvimento Sócio-Econômico, sendo que, neste ano, 50 deles deverão ser integrados no Faz Cidadão e, em 2000, a outra metade.

Iris Rezende homenageia Joaquim Câmara

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) prestou uma homenagem ao engenheiro, empresário e jornalista Joaquim Câmara Filho, no primeiro centenário de seu nascimento, destacando sua participação na história de Goiás "em seus momentos mais decisivos".

O senador afirmou que foi como jornalista que Joaquim Câmara Filho mais se destacou. Com a fundação do jornal *O Popular*, ao lado de seus irmãos Jaime Câmara e Vicente Rebouças, segundo ele, o empresário deu início à formação do maior complexo de comunicação do Centro-Oeste brasileiro — a Organização Jaime Câmara —, que hoje engloba jornais e emissoras de rádio e TV em Goiás, Tocantins e DF.

Em aparte, os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) se associaram à homenagem.



Iris registrou 100 anos do nascimento de Joaquim Câmara

Marina Silva lamenta fim do programa Bolsa-Escola no DF

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou ontem a decisão do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, de acabar com o programa Bolsa-Escola, implantado no governo anterior, de Cristovam Buarque. O programa fornece um salário mínimo a famílias carentes, exigindo delas o compromisso de manter as crianças frequentando a escola.



Marina rejeita assistencialismo que humilha atendidos

Para Marina, o programa premiado pela Unesco representa uma conquista da sociedade de Brasília e não pode terminar em função de divergências político-partidárias. "A proposta do atual governo de substituir o Bolsa-Escola pela distribuição de cestas básicas e material escolar equivale a trocar cidadania pelo velho sistema 'casa grande-senzala', um assistencialismo que humilha as pessoas e não lhes ensina nada", disse.

A senadora pelo Acre fez um apelo a Roriz para rever sua decisão de paral-

sar o programa. "Sei ser necessário muita coragem para prosseguir um programa de governo de um partido adversário. Mas isso é a verdadeira Política, com 'P' maiúsculo."

Citando reportagem publicada pela *Folha*, Marina criticou os critérios de avaliação usados pelo governo do Distrito Federal para afirmar que o programa não cumpriu seus objetivos. "Dizer que os alunos já estavam matriculados, independente do programa, é ignorar que o desafio é a permanência da criança na escola, não apenas sua matrícula. Se a avaliação do programa mostrou falhas, vamos corrigi-las", afirmou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) também lamentou o fim do Bolsa-Escola. "Esse programa cresceu, se tornando suprapartidário", observou.

Saturnino critica extinção de programa de treinamento

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou ontem a possível extinção do Programa Especial de Treinamento (PET), criado em 1979 para propiciar a melhoria da qualidade do ensino universitário. A cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa consome recursos anuais da ordem de R\$ 14,5 milhões. A necessidade de corte de gastos é que teria levado o governo a determinar que fosse extinto, segundo as notícias que chegaram até o senador.

— O Ministério da Educação deveria reagir a estes cortes que acredito tenham sido decididos pelo Ministério da Fazenda — disse Saturnino.

Conforme o senador, o programa tem recebido boa avaliação quanto



Saturnino afirma que programa melhora ensino universitário

ao seu objetivo de melhorar os cursos de graduação e o desempenho das pós-graduações. Há hoje no Brasil 314 grupos do PET com 3,5 mil estudantes. Cada estudante recebe uma bolsa de R\$ 241 mensais, por 12 horas de trabalho semanal durante 12 meses.

Roberto Saturnino não vê como problema o fato de o PET atender a uma elite do ensino universitário. Segundo ele, a idéia é justamente criar núcleos a partir dos quais o conhecimento qualificado se irradie para toda a academia. O senador também leu trechos de dois artigos — um da professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Marilena Chauí, e outro do economista Cláudio de Moura Castro — defendendo a manutenção do PET.